

AREACHON

CHIN

7984/87

IMPrensa divulga notícias envolvendo o nome do Serviço Nacional de Informações (SNI).

1. PUBLICAÇÕES

Os artigos divulgados pelo "O ESTADO DE SÃO PAULO", edição de 15 NOV 87, denominado "HISTÓRIAS DO ARQUIVO DO SNI"; e pela Revista VEJA, de 25 NOV 87, intitulado "SNI: O RETRATO DO MONSTRO DE CABEÇA OCA" (Z7), envolvendo o SERVIÇO NACIONAL DE INFORMAÇÕES (SNI) e outros Órgãos de Informações do SISTEMA NACIONAL DE INFORMAÇÕES (SISNI), como o CENTRO DE INFORMAÇÕES DO EXÉRCITO (CIE) e CENTRO DE INFORMAÇÕES DA AERONÁUTICA (CISA), causaram, por ocasião de suas publicações, repercussões desfavoráveis para a imagem desses Órgãos junto à opinião pública.

2. DESGASTES

Os artigos em questão, pelas características com que se revestem, sobretudo quanto ao rato de se tentar volver, ao momento atual, fatos atribuídos ao SNI do início da década de 70, vêm desgastando a imagem do Órgão o que, sem dúvida alguma, se reflete, também, no seu quadro de Servidores, causando preocupação quanto aos desdobramentos que poderão advir em decorrência dessa campanha.

3. CONCLUSÕES

a. As referidas publicações, de propósitos escusos, porém bem definidos, tentam fomentar no seio da opinião pública uma imagem negativa do Órgão - com vistas ao seu total descrédito - em que pese a relevância, seriedade e competência do trabalho de assessoramento que este vem desenvolvendo, conforme os preceitos da legislação em vigor e demais instruções específicas emanadas do escalão superior.

Z1: B1C

CONFIDENCIAL

b. Os efeitos de tais reportagens junto à população, sobretudo a da Revista VEJA, indica a necessidade da realização de um trabalho que possa, senão neutralizar, pelo menos reduzir os resultados dos mesmos, sem prejuízo da rigorosa apuração dos fatos que envolvem vazamento de documentos sigilosos da instituição.

c. A campanha em apreço vem provocando preocupação junto a Servidores do Órgão.

* * *

Z3: B2R

REVISTA VEJA (04 fl)

Z7: CÓPIAS DE REPORTAGENS: GAZETA DE ALAGOAS (01 fl)

O ESTADO DE SÃO PAULO (03 fl)

O original deste documento (com 08 folhas) foi apresentado parcialmente ilegível para microfilmagem, não sendo possível sua leitura completa no original nem na microficha.

Documento

SNI: o retrato do monstro de cabeça ca

Cem quilos de documentos da Comunidade de Informações mostram a teia de gozistas e tolices



Graças à tenacidade de um jornalista — Ayrton Baffa, chefe da sucursal do jornal *O Estado de S. Paulo* no Rio de Janeiro — encerrou-se na semana passada uma época da História do Brasil na qual o Serviço Nacional de Informações, SNI, xeretava a vida alheia sem que se pudesse xeretar a sua. Emergiu das profundezas dos porões onde o SNI se ligou e se liga a toda uma rede denominada Comunidade de Informações um arquivo com milhares de documentos e 100 quilos de peso. Essa documentação, publicada parcialmente pelo *Jornal do Comercio* e pelo *O Estado de S. Paulo* do último dia 15, mostra para a opinião pública um retrato cruel do SNI no período que vai de 1970 a 1976.

Através dela fica definitivamente provada a escuta telefônica praticada pelo Serviço. Quatro transcrições de conversas, uma das quais envolvendo o senador Paulo Brossard, ministro da Justiça do governo Sarney, mostram os registros imediatos feitos pelos agentes que trabalham de fone ao ouvido (veja o quadro ao lado). São os chamados "Dragões". Essa prática — criminosa, segundo a Constituição — não só está documentada como, através de um manual de estudo da Escola Nacional de Informações, vê-se que o SNI inventou uma teoria jurídica mambembe para justificá-la.

O retrato do SNI que emerge da papelada é trágico. Falta-lhe refinamento na capacidade de obter informa-

No papel, a prova do grampo telefônico

Pela primeira vez desde 1964, quando o SNI foi fundado, a opinião pública tem acesso à mais comum de suas práticas delituosas: a interceptação telefônica. Neste quadro estão três transcrições literais de conversas xeretadas pelo Serviço. Uma das vítimas foi o senador Paulo Brossard, ministro da Justiça do governo Sarney. Papéis desse tipo são denominados no SNI — ainda hoje — de "Dragão". Escutar ilegalmente o telefone de uma pessoa equivale, na gíria desse mundo clandestino, a "colocar-lhe um 'Dragão'". Nos documentos oficiais, para não se escrever "Dragão", usa-se a expressão "DG".



Escuta telefônica: instrução ilegal

Desde sua fundação, em 1964, o governo jamais admitiu que o SNI censura as conversações telefônicas. A cada novo presidente sucede-se, com maior ou menor estardalhaço, a promessa de que, "a partir de agora, isso vai parar". Jamais parou. Como a Constituição assegura que "é inviolável o sigilo da correspondência e das comunicações telegráficas e telefônicas", o SNI sempre negou que ela existisse. Os documentos que acabam de vir à tona provam não só o registro de interceptações, como uma apostila de 82 páginas da Escola Nacional de Informações mostra que numa dependência do governo o assunto era ponto de aula. Ensinava-se a funcionários pagos pelo contribuinte como se transgride a lei. No SNI ensinou-se a toda uma geração de agentes que um decreto presidencial de 1966 torna a censura telefônica legal. Trata-se de um absurdo jurídico destinado apenas a ludibriar os alunos, visto que um decreto jamais pode permitir que



INICIAÇÃO 07/110/1975	REGISTRO Nº 023/PA
TÉRMINO 08/1100/1975	ALVO Nº 02/PA
IDENTIFICAÇÃO NO DESTINO	
01/07/1975	
ALVO a Dias Gomes	

A - Como é? Já está amarrado no pé do tronco?
 G - Eu já.
 A - Já cobrem?
 DG - Já sendo cheirado pelo Falcão.
 A - Qual o assunto agora? o tema geral?
 DG - Bem, é tema, muito sigiloso.
 A - Dias só aquilo que você sabe dizer



A novela, o cabeçalho do "Dragão" do SNI e Dias Gomes: censura no telefone e na TV

se faça o que a Constituição proíbe. Jamais um chefe do SNI defendeu semelhante teoria em público.

A apostila da Esni, uma dependência do SNI onde se formam agentes, intitula-se "Controles" e foi feita em 1973. Ela diz:

Telecomunicações

1) Constitui (sic) telecomunicações toda transmissão, emissão ou recepção de símbolos, caracteres, sinais, escritos, imagens, sons ou informações de qualquer natureza, por fio, rádio, eletricidade, meios óticos ou qualquer processo eletromagnético.

2) Compete ao Dentel o controle e a fiscalização das telecomunicações.

3) Telefone — é um meio de comunicações de fácil interceptação, sendo, por isso, considerado 'indiscreto'.

(a) Para os órgãos de informações, a interceptação telefônica corresponde à atividade que permite verificar se os usuários incidem nos impedimentos legais previstos no Decreto n.º 57.611, de 7 de janeiro de 1966 e demais legislações em vigor.

(b) Os alvos para a interceptação devem ser criteriosamente selecionados; a atividade indiscriminada, além de ser onerosa em pessoal e equipamento, terá maiores possibilidades de quebra de sigilo.

(c) A duração da interceptação é variável, normalmente, só se obtém resultados após longos períodos (mais de 30 dias). (...)"

SECRETO

No dia 8 de maio de 1975, o "Dragão" da Agência Rio de Janeiro do SNI capturou uma verdadeira preciosidade. O teatrólogo Dias Gomes conversou com o historiador Nelson Werneck Sodré, cujo telefone estava vigiado, e revelou-lhe que sua nova novela da TV Globo era uma versão modificada da peça *Berço do Herói*, considerada subversiva em 1965 e proibida de ser encenada.

O "Dragão" 064 circulou rapidamente dentro do Serviço. Foi do Rio ao general Sebastião Ramos de Castro, chefe da Agência Central, em Brasília, e dele ao general Figueiredo, então chefe do SNI. Em poucos dias a novela de Dias Gomes esta-

va proibida pelo ministro da Justiça, Armando Falcão. O Serviço orgulhou-se do sucesso de sua operação e o general Figueiredo chegou a comemorar o fato com amigos.

A novela proibida em 1975 chamava-se *Roque Santeiro*. Foi ao ar em 1985, teve como um dos seus mais apaixonados espectadores o ex-ministro Armando Falcão, tornou-se um dos maiores sucessos da televisão brasileira e, por mais que se procure, ainda hoje é difícil perceber onde há subversão na infidelidade da Viúva Porcina, nos maus modos do Sinhozinho Malta e na amargüidade de Roque Santeiro.

Adiante, o "Dragão" de parte da conversa de Dias Gomes com Nelson Werneck Sodré:

"Sodré — Como é, já está amarrado no pé do tronco?

Dias Gomes — Eu já. (...)

Sodré — Qual o assunto agora? O tema geral?

Dias Gomes — Bem, o tema, muito sigilosamente...

Sodré — Diga só aquilo que você pode dizer, pois eu não perguntaria se supusesse que fosse uma...

Dias Gomes — Eu estou fazendo uma pequena safadeza. Fiz uma adaptação e um disfarce do *Berço do Herói*.

Sodré — Ah! Vai ser difícil.

Dias Gomes — Mas eu tirei o problema militar, fiz então, torci a coisa um pouco. Ficou a mesma coisa, mas...

Sodré — Sem farda, não é?

Dias Gomes — Mas de uma ma-



JOÃO RAMIRO

INICIAÇÃO 07/30 de 12/06/75	REGISTRO Nº 023/PA	ALVO Nº 02/PA
TÉRMINO 23/25 de 26/06/75	IDENTIFICAÇÃO NO DESTINO	
DATA 27/06/1975	Mário de Almeida Lima	
A2 x A5 Paulo Samuel		

A2 - Olha aqui, se pelo dia estava tudo tranquilo, mas tive notícias há pouco de que as coisas não estão muito tranquilas, naquele rumo sobre o qual já tínhamos conversado. Aqueles rumos, coisas subterrâneas, é bom tu fazeres um cheque urgente aí em Brasília para ver o que é que está acontecendo.
 A3 - Mas é com relação a quê?

Brossard: sob escuta, diálogos sobre a crise

neira mais simpática, e tal, mas no fim dá tudo no mesmo. Eu tenho a impressão que, com isso, ninguém pode dizer nada. Eu tiro a farda e quá-quá-quá! É. Tirou a farda acabou. Ninguém nota, tenho a impressão de que não vão descobrir nada. (...)"

SECRETO

Em junho de 1975, quando a pressão contra a abertura do presidente Ernesto Geisel passava por um dos seus períodos de maior vigor, o SNI gravou uma conversa telefônica do senador Paulo Brossard com um velho amigo, o jornalista Mário de Almeida Lima, que entre 1969 e 1980 foi diretor da sucursal do jornal *O Estado de S. Paulo* em Porto Alegre.

O "Dragão" da conversa tomou o número de "Registro 023". Almeida Lima era o "Alvo 02" e Brossard o "Alvo 3". O jornalista estava informado de que havia uma conspiração em marcha para destruir a abertura política e, se necessário, depor Geisel com um "banho de sangue". Um resumo da conversa interceptada:

"Almeida Lima — (...) Tive notícias há pouco de que as coisas não estão muito tranquilas naquele rumo sobre o qual já tínhamos conversado. Aqueles rumos, coisas subterrâneas, é bom tu fazeres um cheque urgente aí em Brasília para ver o que está acontecendo.

Brossard — Mas é com relação a quê?

Almeida Lima — Com relação a... acham que o velho (presidente Geisel) lá em cima não está correspondendo, não está servindo, só falam no velho, que precisam fazer uma remoção. O negócio é dado assim até com algumas particularidades e "banho de sangue" e tal, negócio de direita. Botar ordem na ordem. Eu só te transmito isto porque a informação partiu de fonte fidedigna, não posso te dar o nome aqui, mas é pessoa que normalmente não fala nestas coisas, que foi convidada para participar e se recusou. (...)

Brossard — Tu vê, o negócio do Golbery continua.

Almeida Lima — Mas o homem realmente está doente, ou não?

Brossard — Sei lá.

Almeida Lima — É difícil de se imaginar outra coisa, o diabo é que realmente vai esvaziando a área. É menos um. Eu estou apreensivo e acho que se tem que tomar as precauções possíveis nessa emergência (...).

O esforço recompensado

Baffa esperou 5 anos para examinar 100 quilos de papéis

Durante cinco anos, Ayrton Baffa, chefe da sucursal do jornal *O Estado de S. Paulo* no Rio de Janeiro, perseguiu documentos secretos da chamada Comunidade de Informações. Há um mês, num apartamento em Brasília, Baffa teve sua recompensa: após uma série de contatos demorados e encontros discretos, foi colocado diante de oito pilhas de papel, com 1,5 metro de altura cada uma. Em quatro dias, Baffa examinou mais de 100 quilos de documentos, que descrevem várias facetas dos órgãos de informação entre 1970 e 1976. Neles, estão textos onde alunos da Escola Nacional de Informações, a Esni, que prepara agentes do SNI, aprendem, por exemplo, a realizar um interrogatório — e também como tirar fotografias sem serem percebidos.

O essencial nesses arquivos de siglas como SNI, CIE e Cisa, no entanto, são dezenas de "dragões", jargão pelo qual são conhecidos os relatórios da escuta telefônica clandestina. Sempre se soube que o SNI ouvia os telefones dos adversários do regime — ou mesmo de qualquer pessoa colocada sob a suspeita de seus chefes. Baffa, porém, conseguiu provas que documentam essa atividade. "É a primeira vez que isso acontece", afirma o jornalista.

Aos 53 anos, 29 de carreira, Baffa é um caçador de notícias. Há quatro anos, em 1983, passou 41 dias nos arquivos da Caixa de Pecúlio, Pensões e Montepio Beneficente, a Capemi, onde desencavou um grande escândalo: fraudes da empresa que causaram prejuízos de 100 milhões de dólares, ou 5,9 bilhões de cruzados em dinheiro de hoje, em operações que envolviam o Banco Nacional de Crédito Cooperativo e alcançavam, através do SNI, a revista *O Cruzeiro*, do jornalista Alexandre von Baumgarten, assassinado em outubro de 1982. Essa reportagem valeu a Ayrton Baffa o Prêmio Esso de 1983 e lhe trouxe, também, a ponta de uma frustração. "Até hoje não vi na cadeia os corruptos que denunciarei ao longo de anos de carreira", diz. Lacerdistas por convicção, Baffa militou na assessoria do ex-governador em 1964 e estava no Palácio Guanabara na célebre noite de 31 de março, na qual se reuniram os políticos favoráveis à deposição de João Goulart. Ao longo desses 23 anos foram acumulados problemas e decepções com o regime que apoiou em

seu nascimento e com o qual rompeu no instante em que começou a censura à imprensa. Dois meses depois do movimento de 1964, teve sua credencial para cobertura do Palácio das Laranjeiras cassada por causa de uma reportagem em que denunciava as dificuldades que o novo governo impunha à imprensa. Quatro anos mais tarde, Baffa noticiou, em primeira mão, a denúncia de que a primeira-dama Yolanda Costa e Silva, mulher do então presidente Arthur da Costa e Silva, estava envol-



Baffa: "Patrulha dos incompetentes"

vida num escândalo de corrupção sobre a venda de telefones em Brasília.

A maior ironia, no entanto, ocorreu na semana passada. Conservador, aliado do movimento de 1964, coube ao repórter Ayrton Baffa, casado, dois filhos, disparar o mais pesado golpe da imprensa do país na Comunidade de Informações. "Fui até patrulhado pelos incompetentes", diz Baffa. "Mas o fato é que, com a notícia, sempre sobrevivi com dignidade", acrescenta o jornalista, com a papelada na mão, que lhe permitiu realizar, literalmente, uma reportagem de peso.

ções, acuidade na análise e, sobretudo, disciplina administrativa. Entre 1975 e 1976, o SNI bem como o Centro de Informações do Exército, CIE, e o Centro de Informações e Segurança da Armada, Cisa, agiram como parte de uma conspiração golpista contra a política de abertura que era conduzida pelo presidente Ernesto Geisel. Um documento produzido pelo CIE dizia, com todas as letras, uma revista política que eternizasse os poderes ditatoriais dados pelo AI-5 ao Poder Executivo (veja o quadro da página 10).

Criado para manter o presidente da República bem informado, o SNI — de acordo com a documentação conhecida agora — agiu em relação ao problema da tortura praticada nas DOI-Codi como uma agência de desinformação. Não se conhece até agora um único documento no qual ele tenha analisado o fenômeno. No entanto, já se vê agora, sugeriu-se que parassem os abusos, com uma "tática", porque, "para o entendimento, meia palavra basta". Noutra vertente, porém, o que aparece é uma cumplicidade tácita com a violência. Religiosos que tratam de ajudar familiares de terroristas e subversivos assassinados e vigiados pelo Cisa e pelo CIE.

A LEI E A ORDEM — Em novembro de 1975, pouco depois da morte do jornalista Vladimir Herzog no DOI-Codi de São Paulo, o Centro de Informações do Exército produziu um documento intitulado "Relatório Especial de Informações n.º 2", no qual procurava elucidar o problema da infiltração comunista nos governos federal e estaduais. Esse

trabalho, assinado pelo general Confúcio Danto de Paula Avelino, hoje na reserva, provisionado na Avibrás, che-ava a oferecer um perfil psicológico e político do "infiltrado". Nele se lê:

O infiltrado é, antes de tudo, um legalista. Procura agir sempre dentro da lei e da ordem. Em nome da lei, ou nos desvãos da lei, dá pareceres que facilitam a atuação dos subversivos e, em nome da lei, os absolve. Combina com veemência as supostas ilegalidades praticadas no combate à subversão.

Só a sorte permitiu que hoje, num regime em que estão asseguradas as franquias democráticas, se possa ler o

A ação do CIE contra a abertura

Em vinte páginas, a conspiração para emparedar Geisel



O Centro de Informações do Exército, CIE, preparou em junho de 1975 um documento de vinte páginas no qual propunha, com todas as

letras, o fim da política de abertura do presidente Ernesto Geisel. Esse documento, agora divulgado, é a mais detalhada descrição dos raciocínios e das propostas dos militares indisciplinados que, dentro da Comunidade de Informações, planejavam o emparedamento político do presidente Geisel.

Esse documento mostra a ideologia da conspiração que, três meses depois, levou ao recrudescimento artificial da repressão, com a morte do jornalista Vladimir Herzog e do operário Manuel Fiel Filho. Em janeiro de 1976, quando Fiel morreu no DOI-Codi do II Exército, em São Paulo, Geisel demitiu o comandante da guarnição, general Ednardo D'Ávila Mello, e emparedou os ultras. Agora, pode-se ver como funcionava a cabeça dos ultras e como ficariam as coisas se ele tivesse recuado, emparedando-se. Adiante, alguns trechos do "Informe 209", que circulou com o carimbo de "Confidencial":

O fim dos EUA

"Enquanto o General Geisel, designado como futuro presidente, preparava seu governo, já era bem visível o desmoronamento moral dos Estados Unidos. (...) A visita de Nixon a Pequim e Moscou; os malabarismos muito pessoais do Dr. Kissinger (*); a 'distensão' consistindo em apertos de mão e recuo físico dos Estados Unidos com avanço real do poder marxista; a 'ostpolitik' do Vaticano, guardião moral da humanidade, com seus Casaroli (**) e jogos de cortesia, enganando multidões sobre aparente conciliação de doutrinas inconciliáveis. (...) Em uma palavra: a capitulação ante o comunismo. E é ponderável o influxo psicológico dessa realidade sobre o espírito nacional."

(*) Henry Kissinger, secretário de Estado de 1973 a 1977.

(**) Monsenhor Agostino Casaroli, negociador da Santa Sé junto aos países comunistas na década de 70. Hoje, feito cardeal, é o secretário de Estado de João Paulo II.

Abertura e moralidade

"O método de ação escolhido é o velho e conhecido pragmatismo. Não o que provém da exata visão da eficiência, baseada em princípios morais, e que é bom, correto, necessário. Sim, o que se origina do sucesso imediato, despido de princípios."

Tortura

"(...) Neste início de opção feita pelo governo — o começo da 'abertura' — dever-se-á deixar a Justiça investigar, apurar, castigar faltas que solertes acusadores, nacionais ou não, lhe assacam, ou ao menos a governos anteriores, relativas a prisões ilegais, e outros abusos de poder? Isso não viria a desmoralizar chefes revolucionários e, com eles, o movimento de 64? Não viria provar ao menos o patrocínio efetivo das Forças Armadas e gover-



Informe 209: reforço artificial da repressão

nos a ações que qualquer justiça do mundo qualificaria de crimes?" (...) "A 'abertura' no tocante ao setor da Justiça poderá ainda manter-se sob relativo controle, nos casos mais agudos. No entanto, não haja ilusões: a Justiça permanece através dos regimes. Ela julgará tais casos no futuro, seja quando for. Poderão ser explicados pelo ambiente de 'guerra' do momento em que existiram, mas é de suma conveniência que cessem totalmente os abusos. Às vezes o êxito rápido de uma investigação é urgente e necessário; mas, em outras, é a impaciência e até prepotência que não suportam delongas. Por um dever moral, e por estratégia tática. 'Intellegentibus pauca'."

O redator do CIE grafou errado o provérbio latino "Intelligenti pauca", que significa: "Para bom entendedor, meia palavra basta".

Corrupção

"E poderia a Justiça, crescendo a 'abertura', apurar também as faltas por corrupção atribuídas até a governadores escolhidos por presidentes do período revolucionário? (...) Enfim, não seria essa mais uma arma bem eficiente que nós mesmos daríamos ao marxismo internacional contra o Brasil?"

Como controlar a abertura

"Controlar, agora, a espiral da abertura é difícil, mas indispensável. (...) Temporariamente, poderá ficar refreada, contida. E o meio é solene declaração de que o AI-5 será mantido até que a nação possua estrutura para assegurar a sobrevivência e assimilação total do espírito de 1964. Quanto a nós, se a contenção da 'abertura' do modo acima acabar, pelo crescendo emotivo, sendo inútil, então só resta cercá-la habilmente, se possível despercebivelmente, medidas após medida." (...) "Por tática, não se deve ir frontalmente contra a 'abertura' em público, pode-se aproveitar dela o que é positivo. (...) Mas deve-se cercá-la (...) com habilidade, com boa campanha publicitária, desviando a atenção nacional para outros problemas: o da justiça social (patrocinada pelo governo), o do custo de vida (ênfase para a questão do petróleo...) e do patriotismo inteligente."

Censura

"A 'abertura' pode realizar-se com o setor de comunicações, mas sempre sob controle. Deve-se reconhecer que a censura, efetivamente, exercida *in loco* por pessoas tantas vezes despreparadas e sem discernimento, lançou descrédito sobre esse necessário meio de controle. Impõe-se uma reestruturação. Escolher pessoas a dedo. (...) Para cada jornal de cidade grande, para cada grupo de publicações não muito empenhativas, haveria um censor. Assim também para cada canal de televisão ou, onde houver pouco serviço, para cada cidade onde haja canais de televisão bastaria um único censor. Não teriam sua sede no órgão de comunicação, a não ser que fosse impossível outro modo. Nem visitariam o órgão. (...) Havendo algum órgão comunicador que se recuse a colaborar e autocensurar-se (será talvez o caso de *O Estado de S. Paulo*), (...) um censor se instalaria outra vez dentro do órgão de comunicação. (...) Só que, garantia-se, seria censor inteligente e bem-dotado, incapaz de mesquinhas, e culto. 'Abertura' viável nos meios de comunicação, sim."

Ordem dos Advogados do Brasil
Conselho Federal

Paralelo Superior A. 1

Em 26 de novembro de 1975.

823-CP

Señor Ministro,

Presos políticos recolhidos em São Paulo, dirigiram a este Conselho Federal de Ordem dos Advogados do Brasil uma representação, em que denunciavam a prática de torturas a que eles e outros foram submetidos.

Ilmo. Sr. Dr. Caio Mário da Silva Pereira
Ex. Presidente do Conselho Federal de Ordem dos Advogados do Brasil
Rio de Janeiro (RJ)

Não, presos políticos e outros assinados, recolhidos no Presídio de Justiça Militar Federal, São Paulo, foram vítimas das declarações emitidas por V. Ex. Presidente do Conselho Federal de Ordem dos Advogados do Brasil, em nome de vítimas de prisões irregulares e de autoridades policiais. Foi que responsabilizou uma doutrina com a autoridade abstrata, ferindo a tratar do problema de uma maneira concreta. Afirmação V. Ex. "Não esqueça que as pessoas conhecem fatos concretos, respostas objetivas, específicas..." (Cf. "Jornal de São Paulo", edição de 28 de agosto de 1975, pág. 3).
Dobra ainda das muitas denúncias concretas de torturas - Inimigos da Justiça, sive divulgadas mais recentemente por jornais brasileiros - visto-os obrigados, com

O documento da OAB: 36 presos políticos denunciavam 21 tipos de tortura

A culpa é do torturado

Figueiredo e Nini souberam tudo

CONFIDENCIAL

Assinale com um x a resposta certa:

Quando o general João Baptista Figueiredo, chefe do SNI, e o coronel Newton Cruz, chefe do seu gabinete, receberam uma denúncia de 36 presos políticos que listavam 21 modalidades diferentes de tortura e os nomes de 141 torturadores, o que eles fizeram:

- (a) Ficaram irritadíssimos e mandaram investigar a denúncia.
- (b) Ficaram irritadíssimos e não fizeram nada.
- (c) Ficaram irritadíssimos e mandaram investigar as assinaturas e os presos.

Acertou quem marcou o item "c".

No dia 26 de novembro de 1975 o presidente do Conselho Federal da Ordem dos Advogados do Brasil, Caio Mário da Silva Pereira, entregou ao general Golbery do Couto e Silva um memorial de 27 páginas assinado pelos presos. Era a mais completa denúncia de violências já surgida. Golbery enviou o documento a Figueiredo, que o marcou.

No dia 9 de dezembro Newton Cruz remeteu o papel ao general Sebastião Ramos de Castro, chefe da Agência Central do Serviço, resumindo o assunto da seguinte maneira:

"(...) Já foram tomadas pelo Gabinete do SNI as seguintes providências:

1.º Pedido ao diretor-geral do DPF de exame grafotécnico das 36 assina-

turas que, aparentemente, foram feitas por uma única pessoa.

2.º Pedido à Agência São Paulo no sentido de buscar uma entrevista com os signatários, se de fato existirem, para confirmar a veracidade das assinaturas.

(...) Solicita-se à Agência Central uma apreciação sobre o documento, bem como o que consta sobre os nomes dos citados no documento e que possam ser identificados."

Em vez de procurar confirmar a veracidade da tortura, o SNI saiu em busca da veracidade das assinaturas. Ao mesmo tempo, vigiava todos aqueles que se envolviam com a defesa dos direitos humanos, dos presos e desaparecidos.

Um documento de duas páginas do Centro de Informações e Segurança da Aeronáutica, recebido pelo coronel Newton Cruz, indica que os telefones dos familiares de desaparecidos eram permanentemente controlados. A partir desse controle, verificavam que as queixas eram quase sempre dirigidas ao general Golbery e ao professor católico carioca Cândido Mendes de Almeida. Nessa mesma época, começaram a circular panfletos em que Cândido Mendes era acusado de comunista e Golbery de "traidor". O chefe da Agência Central do SNI, general Castro, chegou a mandar um expediente a Figueiredo queixando-se do trânsito de Cândido Mendes junto a Golbery.

que se escrevia nos nomes e um regime em que, ao lado do caráter de "Confidencial", escondia-se simultaneamente a defesa de torturadores e a condenação dos defensores da lei.

O segredo que cobre todo o trabalho dos serviços de informações faz com que esses organismos recebam da sociedade brasileira a inimizabilidade, espécie de anistia preventiva que a lei só dá aos índios, aos loucos e aos valeduzinários.

O general Confúcio Danto de Paula Avelino produziu um documento em qual informou que entre os comunistas perdidos infiltrados no governo do Grande do Sul estava o secretário do Trabalho e Ação Social Carlos Chiarelli. Segundo o general, Carlos Chiarelli "possui registros esquemas e um manifesto contra as Forças Armadas". Pela legislação, o senador Carlos Chiarelli, atual líder do PFL no Senado, não pode fazer senão rir. Nem o general é imputável pela afirmação, nem teria acesso a esse documento, mesmo fazendo parte do governo que se proclama transparente. No mesmo documento, que se destinava a demonstrar que o governo de Ernesto Geisel era um vespeiro de comunistas protegidos pelo general Golbery do Couto e Silva, o CIE dava como infiltrado o "x-ninguém" da APML do B" (Ação Popular Marxista Leninista do Brasil) Luis Antonio Martins, chefe da Casa Civil do governo de São Paulo. Militante católico e conservador, Arrobas, falecido em 1977, só poderia ser dado como militante da APML do B por uma pessoa fora de seu equilíbrio mental ou astuciosamente interessada em desequilibrar o governo federal através de provocações. A Informação 0362 do CIE, de 10 de março de 1975, informa que o Partido Comunista fazia contatos com o senador José Sarney. Em seguida, reconhece candidamente que não sabe o nome do dirigente comunista que tratava com o senador. Ou seja, um cidadão é acusado de fazer algo ilegal, mas não se apresenta sequer a mais leve das provas: o nome do contato.

"ACIDENTE DE TRABALHO" — Quando se vê que depois da morte de Vladimir Herzog, em outubro de 1975, o CIE insistia na tese do avanço comunista, percebe-se que a morte do operário Manuel Fiel Filho, também no DOI, três meses depois, dificilmente terá sido um "acidente de trabalho" no qual se te-

CONFIDENCIAL
PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA
SERVIÇO NACIONAL DE INFORMAÇÕES
GABINETE

MEMO Nº 2117/SI-Cab

De: Sr. Cab SNI

Do: Sr. CH AC/SNI

REFERÊNCIA:

ANEXO: - Cópia do Of. 881-CP, de 26 Nov 75, do Pres do Conselho Federal da OAB ao Min. CH Cab CIV/TR. Anexo: Memorial dos "presos políticos".

RESUMO DO ASSUNTO: O Ministro Chefe do Gabinete Civil da Pres

Brasília, DF
26/11/75
AGÊNCIA CENTRAL
226/80 66/75
PROTÓCOLO



LUIS HUMBERTO

As providências do SNI de Figueiredo diante da violência: conferir assinaturas

"Que é felicidade?"

Perguntas do SNI para os suspeitos

RESERVADO

A Escola Nacional de Informações produziu em 1973 um questionário de perguntas genéricas que se propunham a "identificar os principais traços das idéias esposadas por uma pessoa, sob o ponto de vista filosófico, doutrinário e político". São 78 perguntas a ser feitas em interrogatórios ou entrevistas. Abaixo, uma seleta:

Perfil filosófico

- "Qual a sua opinião sobre Sócrates, Platão e Aristóteles?"
- Qual a sua opinião sobre Voltaire?
- Como vê a contribuição de Marx para a humanidade?
- Qual deve ser o papel das elites?
- Que é a incerteza?
- Que é a felicidade?
- Que acha da arte moderna?"

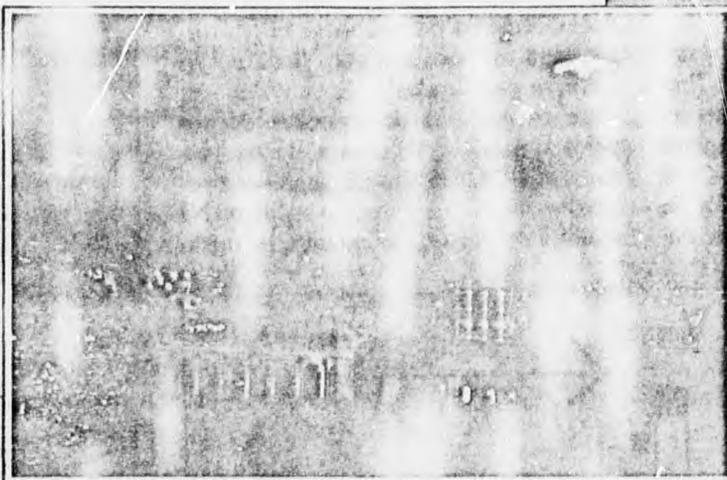
Perfil doutrinário

- "Que acha de Getúlio Vargas?"
- Que pensa do Congresso Nacional?
- Onde estava no dia 31 de março de 1964?
- Como vê a liberdade de pensamento?
- Acha que o socialismo seria a solução para o Brasil?
- Que acha das histórias em quadrinhos?
- Já ouviu falar em guerra revolucionária?
- Qual a contribuição de Hitler para a humanidade? E Churchill?
- Acredita em 'Disco Voador'?"

Grau de politização

- "Quais os jornais que lê diariamente? Acompanhou a novela Selva de Pedra? Por que será que Miguel Arraes se asilou?"
- Que acha do custo de vida?
- Qual o seu clube de futebol?
- Que entende por 'obscurantismo cultural'?"
- Só o SNI poderá dizer como seus agentes montavam um perfil a partir de respostas a perguntas como essas. Na apostila não há o gabarito das respostas. Ela revela apenas que: "A experiência demonstra que o comunista convicto e culto revela coerência e lógica, procurando demonstrar as suas qualidades. O comunista

fanático e ignorante procura manter-se em negativa nas perguntas que ele supõe comprometedoras; revela logo a ignorância, mas é coerente na defesa de 'chavões' comunistas. O inocente útil é difícil de ser caracterizado, pois revela uma certa coerência na defesa de teses nacionais e ao mesmo tempo revela-se favorável a certas teses marxistas. O ignorante total se evidencia com facilidade. O indivíduo simpló-



"Você acredita em 'Disco Voador'?"

RESERVADO

ESTÁ NOTA DE SUA DEVIDA SER DESTILADA

QUESTIONÁRIO PARA COLETA DE DADOS

FATOS ESPECÍFICOS

COMO IDENTIFICAR O PERFIL IDEOLÓGICO DO ENTREVISTADO

1. Trata-se de um conjunto de indagações variadas, que se propõem a identificar os principais traços das idéias esposadas por uma pessoa, sob o ponto de vista filosófico, doutrinário e político.
2. As perguntas formuladas versam sobre conceitos filosóficos, idéias famosas, personalidades do mundo, doutrinas políticas, política nacional, homens da atualidade e outras aparentemente ligadas.

Instruções: "Viu Selva de Pedra?"

rio, o homem comum, responde as mais fáceis com maturidade e confessa o desconhecimento das demais."

A apostila ainda ensina: "Durante o desenvolvimento da entrevista devem ser observadas as reações do entrevistado, como insegurança, sede, suor, uso de cigarros, rubor ou empalidecimento; essas reações podem ser aproveitadas para aumentar o ritmo das perguntas sem deixar que o entrevistado chegue ao descontrolo; diminui-se então o 'bombardeio' de perguntas para tranquilizar o ambiente da entrevista. Ao final, o entrevistador sabe, com apreciável segurança, o tipo de pessoa com quem fala."

uma sessão de tortura o presidente. Fortaleceu a suspensão de Fiel, havia a efetivação de uma ofensiva de ultra-destinada a encostar o presidente Ernesto Geisel na parede, engolindo um segundo cadáver, para, em seguida, sepultar numa só cova a abertura sua obra política e sua biografia. À morte de Fiel, porém, Geisel respondeu com a imediata demissão do comandante do II Exército, general Ednardo D'Ávila Mello, sem que o SNI, em nenhum momento, tenha documentado qualquer outra reação que não fosse a do habitual "suicídio". (Para o Serviço Nacional de Informações, o "suicídio" de Fiel só é um fato discutível algumas horas depois de Geisel ter demitido Ednardo, invertendo o curso da vida política nacional.) A demissão de Ednardo seguirá-se a exoneração do general Confúcio do CIE e, em outubro de 1977, dispensa do próprio ministro do Exército general Sylvio Frota.

MANTO DO SILÊNCIO - Os documentos do SNI e do CIE demonstram, em certo ponto, algo que já se sabia: as duas instituições tornaram-se, no regime do AI-5, baluarte de

um pensamento de direita. Hoje, porém, pode-se ver que essa direita, protegida pela sombra dos carimbos de "Confidencial" e "Secreto", bem como pela censura à imprensa, era intelectualmente inepta. Viu na capitulação do Vietnã do Sul o fim dos Estados Unidos. Viu nas idas de monsenhor Agostino Casaroli aos países da Cortina de Ferro um sinal da decadência do Vaticano. Via o fim do mundo para amanhã, incapaz de perceber que o mundo é bem mais complexo que o maniqueísmo dos fanáticos. Jamais os Estados Unidos passaram por revolta tão grande quanto depois da eleição, em 1980, de Ronald Reagan. Quanto ao Vaticano, o papa João Paulo II, que fez Casaroli cardeal e secretário de Estado, infligiu ao clero esquerdista de todo o mundo baixas políticas mais sérias que centenas de SNI e CIE, sem contudo tentar obrigar os católicos a comungar com a tortura.

A documentação agora conhecida permite um mergulho amargo nas vísceras dessa Comunidade de Informações, na qual pontifica o SNI. Dela resulta que dezenas de milhões de dólares dos contribuintes brasileiros foram gastas em práticas ilegais, articulações golpistas

Uma cartilha de trivialidades

Lições da Esni para interrogar e fotografar

RESERVADO

Encarregada a ensinar funcionários públicos indicados a espionar o dia-a-dia dos adversários do regime de 64, a Escola Nacional de Informações, Esni, costumava bastecer seus alunos com uma volumosa carga de apostilas — tratando de matérias variadas, que tanto poderiam ser um curso rápido de fotografia como uma lição sobre técnicas de interrogatório. Órgão de vida secreta e funcionamento obscuro, a Esni produziu uma pedagogia que impressiona pela trivialidade.

Em documentos como "Interrogatório de Suspeitos (2) — Técnicas e Processos", de 1973, há ensinamentos indispensáveis ao trabalho de um agente do SNI — mas boa parte das lições está na cartilha de qualquer investigador da delegacia do bairro. É assim que se en-

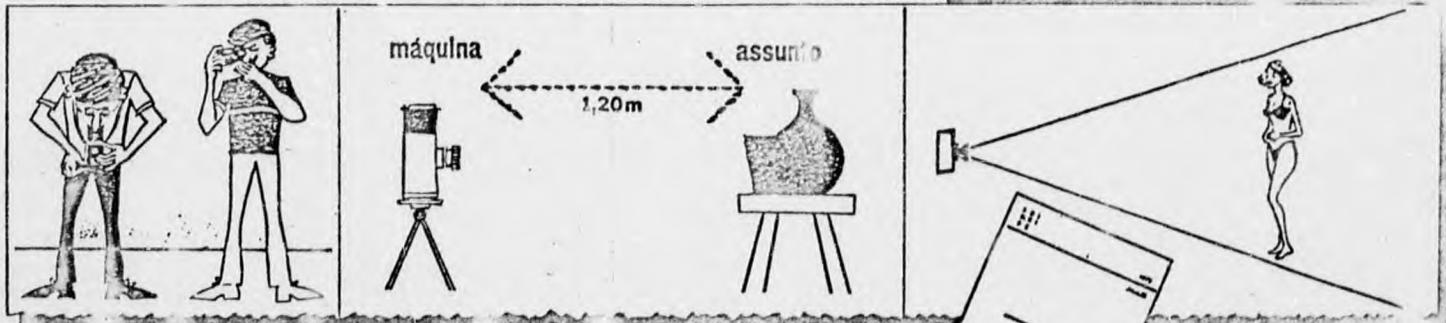
de consolo, o interrogado (...) acabará, certamente, falando tudo."

Não há, nos documentos conhecidos do SNI, a orientação de uso da violência contra presos políticos. Essa possibilidade, no entanto, percorre o "Interrogatório de Suspeitos (2)" como uma sombra. Ali, o agente do SNI é instruído a conduzir seu questionário com o suspeito em ritmo de uma paixão crescente para atingir um ponto quase intolerável — que não deve ser interrompido antes de se obter a confissão da pessoa. O mesmo documento, no entanto, abre uma exceção para os casos em que "haja razões médicas justificadas". É verdade que, entre os milhares de suspeitos detidos pelos órgãos de segurança, havia pessoas que sofriam de doenças graves e necessitavam de atendimento médico. Na maioria dos casos, no entanto, os médi-

tas, políticas ideológicas — até mesmo em brincadeiras infantis. Em 1973, o SNI chegou a fazer um interrogatório de 78 perguntas — a primeira: "Vê a credibilidade do disco voador?"

... a teoria de uma possível... nenhum país com as... econômicas e políticas do... de viver... sem um serviço de inform... se... as peculiaridades... de 1964 permitiram que o... ficado na... Comunicação... sem que... de política... pública com... prove...

A divulgação dos documentos... por Ay... Baffa... circule... regime... as suas deficiências... do... malcheiroso... passado. Se hoje... do governo Sarney, tod... Congresso e todas... políticos levam o... de desencanto, na...



Ilustrações da apostila "Emprego de Meios Fotográficos": primeiros passos

sina, por exemplo, que se pode captar sinais da culpa de um suspeito não pelo que ele diz — mas por cinco atitudes que o SNI classifica como "sintomas fisiológicos de sua culpabilidade". Um desses sintomas, por exemplo, seria a pulsação acelerada da artéria carótida, no pescoço — outro, a secura da boca, que a Esni explica ser "forte indicação de mentira". Pela mesma apostila, o futuro agente do SNI aprendia uma série de atitudes a tomar diante de um suspeito. Exemplo:

"Muitas vezes, o interrogador ouve esta frase do interrogado: 'Pouco se me dá que o senhor acredite ou não em mim! Para mim, tanto faz ir para a cadeia ou não, porque não espero mais nada desta vida.'

Quando isso acontecer, só resta um caminho ao interrogador: dar uma palmada no joelho do suspeito e pedir-lhe que fale dos seus infortúnios. Depois de um breve período de atenção e palavras

cos entravam em cena para uma outra função: examinar um preso que fora torturado e informar aos seus carrascos se poderia ser submetido a novas violências — ou se corria o risco de ser morto antes de fazer sua confissão.

Durante anos, os agentes do SNI se gabaram de uma proeza de seu serviço fotográfico — no passado, eles teriam conseguido fotografar, com filme infravermelho, o arcebispo dom Ivo Lorscheiter, dentro do cinema Azteca, no Rio de Janeiro, ao lado de uma companhia feminina. Seu manual de "Empregos de Meios Fotográficos", contudo, limita-se a instruções mais simples. Ensina que a câmara foi descoberta por "Leonardo da Vinci no século XV" e que, antes de dedicar-se a fazer fotografias de integrantes das fileiras adversárias, o agente do SNI deve exercitar seu talento tirando retratos de crianças brincando ou procurando paisagens domésticas, como "um cinzeiro com um cigarro aceso".

o velho bafo do... 5 para se ver como... o Brasil dos lib... documentos do SNI... mostram algo que ocorr... se não foi discutida, como se dis... os problemas de hoje, isso se deu apenas ao fato de que o general Confúcio do CIE ou o general Figueiredo do SNI só seriam capazes de agir daquela maneira sob a forte e segura proteção do manto do silêncio... pelos carimbos e pela censura...

Nos 100 quilos de documentos salvos para a História, está muito mais que um retrato do passado. Eles valem mais para que se perceba o quanto vale a democracia do presente e, sobretudo, qual o preço dos pratos no cardápio dos maitres da direita nacional, à cuja sombra viveram e prosperaram os SNI, CIE e Cisa. Hoje, com os documentos à mesa, muitos poderão mostrar-se surpresos, mas a realidade é bem outra: à época, poucos eram os que não percebiam o que se passava nos bastidores.

8

GAZETA DE ALAGOAS

24 NOV 87

FATOS & notícias

A revista *Veja*, que chega hoje às bancas, traz uma esclarecedora reportagem sobre as atividades ilegais do SNI nos últimos anos, revelando documentos e até transcrições de telefonemas "grampeados" pelos militares.

A farta documentação sobre as avarias do SNI mostra sua verdadeira face: politicamente burro, tecnicamente despreparado, eticamente indigente, moralmente nulo. Um desses entulhos que ainda não foram removidos.

Histórias de arquivo do SNI

AIRTON BAFFA

A teoria, na prática, era outra para o Serviço Nacional de Informações (SNI). Embora em apostila reservada o SNI ensinasse aos alunos da Escola Nacional de Informações que constituía "crime" a violação da telecomunicação, os arquivos do Serviço — na década de 70, nos governos de Geisel e Médici — estão abarrotados de transcrições de escutas telefônicas.

Dias Gomes, Nelson Werneck Sodré, Luiz Carlos da Silva (amigo de Jango), coronel Rubens Resstel, Paulo Egydio, José Aparecido de Oliveira, Paulo Brossard, Lizáneas Maciel, Chico Pinto — entre outros parlamentares, jornalistas, empresários etc. — não escapavam da espionagem telefônica, conforme documentos reservados, guardados até hoje nos arquivos do SNI.

Em algumas provas do crime: Em 8 de maio de 1975, foi grampeada conversa telefônica entre o psiquiatra Dias Gomes e Nelson Werneck Sodré, conforme registro número 64/ARJ 33, do SNI. O espião anotou a conversa a mão em sete páginas tamanho ofício. Eis alguns trechos:

"O placê do Geisel é coisa de quando Jango estava em Paris. Ele mandou um recado ao Geisel que eu consegui através do cel. Bernardes"

NWS - Como é? Já está amarrado no pé do trocho?

DG - Eu já.

NWS - Já começou?

DG - Já. Sendo chicoteado pelo feitor.

NWS - Qual o assunto agora, o tema geral?

DG - Bem, o tema, muito sigilosamente...

NWS - Diga aquilo que você pode dizer, porque não perguntaria se supusesse que fosse uma ...

DG - Eu estou fazendo uma pequena sacanagem. Fiz adaptação a um disfarce do "Berço do Herói". Mas eu tirei o problema militar, fiz então, torci a coisa um pouco, ficou a mesma coisa, mas ...

NWS - Sem farda, não é?

A conversa gira depois em torno de livros e a ligação foi cortada. Resultado: Dias Gomes conta sua viagem a Brasília, onde foi bem recebido pela censura. No mesmo dia, uma voz feminina da Editora Vozes ligou para a casa de Nelson Werneck à procura

de Eduardo Chuaí).

Outra ligação grampeada pelo SNI referia-se à conversa entre Luiz Carlos da Silveira, amigo de Jango, e Medeiros, conforme registro número 20 SP, de 31 de janeiro de 1975. Eis alguns trechos da escuta:

Os arquivos do SNI na década de 70 estão apinhados de informes reservados sobre atuações de jornalistas e políticos

LCS — É um anteprojeto do manifesto, mas naturalmente vai ser submetido a outras pessoas. Agora, uma coisa está acertada, é trabalhista puro. Esquerda não passa nem na rua da sede.

M — Não adianta.

LCS — Não, senão vira aquela molecada da outra vez. Não adianta e compromete e no fim dá cana para todo mundo. Ele (Jango) está de acordo com o Geisel. O Geisel dando placê.

M — Está? Mas direta ou indireta?

LCS — Direta, já mandou o Golbery se comunicar com ele (Jango) ainda em Paris. A coisa está caminhando bem.

M — Mas é coisa recente, né?

LCS — Não, não, não. O placê do Geisel é coisa de quando ele (Jango) estava em Paris. O Jango mandou um recado ao Geisel que eu consegui dar através do coronel Bernardes, que é chefe de gabinete do Dirceu Nogueira. Aliás, quem deu o recado foi o próprio Dirceu. Depois, o Bernardes me telefonou dizendo que o Dirceu havia dado o recado ao presidente Geisel, que dizia que agradecia ao presidente João Goulart de quem não esperava outra atitude se não de patriotismo e que à noite o ministro Golbery se comunicaria com ele (Jango) e de fato se comunicou. O coronel Bernardes é meu amigo de infância, crescemos juntos, milico de confiança.

(A conversa vai além, com elogios a Geisel, considerado por LCS "um estadista" e assim por diante.)

Em 13 de agosto de 1975, o SNI gravou conversa telefônica entre o coronel Rubens Resstel e Antônio Tomé, conforme registro número 038/ABS. O tema era denúncia de corrupção na Coobal, publicada pelo O Estado de S. Paulo. Alguns trechos da escuta:

AT — Aqui na Receita Federal eles estão pedindo até cópia de declaração de Imposto de Renda de oficiais militares.

RR — Estão pedindo aí pra vocês?

AT — É. É que não se manda. Mas tem um punhado. O que é que eles têm de estar se metendo, não é mesmo?

RR — ... Nós entregávamos para o SNI, quando éramos solicitados em termos sigilosos e também reservados. Mas não o Tribunal de Contas. (...) se chatearem, ele (Rubens) escreve carta e publica esculhambando esses caras.

AT — Ele está com vontade, inclusive de publicar aquele porque nós estamos cheios de documentos sobre irregularidades, que nós mandamos apurar e nunca demos divulgação a coisa alguma. Se a gente divulgar o que nós encontramos, a finalidade não é esta, não é mesmo?

Há outra escuta telefônica de 12 de junho daquele ano entre o coronel Rubens Resstel e Paula Savala, interurbano entre São Paulo e Brasília.

No dia 21 de janeiro de 1976, o grampo do SNI foi dirigido para conversa telefônica entre Francisco Pinto e Lizâneas Maciel, conforme registro 43/ARJ. A transcrição consta de quatro laudas e termina assim:

FP — O Giesel agora assinou um ato demitindo o general Eduardo do II Exército e nomeou o Dilermando.

L — Ah, é? Morreu um operário lá, enforcado.

L — Mais um, hi, rapaz.

FR — Se suicidou lá.

L — Mais um se suicidou.

FP — E foi hoje, é?

FP — Agora de tarde. Já saiu o ato, agora, agora. Isso tem uma hora mais ou menos.

L — Puxa, rapaz, puxa vida.

Na escuta do SNI está anotado ainda que depois Lizâneas ligou para o jornal Opinião à procura de Fernando Gasparian, que não estava. "Pediu para confirmar o telefone da residência de Gasparian: 258-9094, homem confirma".

FIGUEIREDO X IRMÃO

Não eram apenas escutas telefônicas. Os arquivos do SNI na década de 70 estão apinhados de informes reservados sobre atuações de jornalistas, de políticos, seus comentários, militância política etc.

As redações de O Estado de S. Paulo, Jornal do Brasil e de O Globo, por exemplo, eram algumas das mais visadas.

Não davam sossego ao jornalista Carlos Chagas, diretor da sucursal de Brasília, de O Estado — Jornal da Tarde. Fernando César Mesquita, então chefe de redação da sucursal, exportava-voz de Sarney e atual governador de Fernando de Noronha, também não escapou da espionagem do SNI, que anotava suas conversas na redação. O informe 712, de 20 de fevereiro de 1976, anotava a viagem a Brasília de Oliveira Fanelra, diretor de O Estado, "onde encontrou-se com o general Otávio Costa, em sua residência".

10

A espionagem chegava a requintes como este: segundo informe de 23 de março de 1976, Fernando Mesquita avisara ao jornalista Ary Ribeiro que iria modificar seu artigo sobre a formação de diplomatas. Evandro Carlos de Andrade, de O Globo comparece nos arquivos do SNI em vários informes sobre comentários feitos na redação e com amigos. Um deles: em 21 de julho de 1976, disse a amigos que tinha sabido por Costa Manso que o general Figueiredo, então ministro-chefe do SNI, fora ao Paraguai para solucionar impasse sério entre aquele país e o Brasil, a propósito de Itaipu. Dias depois, era a vez de Armande Nogueira, diretor da Rede Globo. Conta informe de 8 agosto que Nogueira afirmara que o nosso país já havia entrado na era da espionagem industrial e que vários "furos" jornalísticos ele conseguia com uma agência de publicidade ligada ao serviço de segurança.

Henrique Caban, de O Globo, Hélio Fernandes, Nascimento Brito, Alberto Dines, Heráclito Sales (já ministro), Adirson de Barros são outros dos nomes que aparecem com frequência nos informes reservados do SNI, que relatam seus comentários.

A julgar pela quantidade de informes produzidos na década de 70, o SNI parecia dispor de agente de plantão na ABI no Rio de Janeiro. O espião contava tudo ao seu alcance: desde a instauração de inquérito para apurar o desaparecimento de um documento do Departamento de Assistência Social (pagamento de Cz\$ 500 de gratificação à funcionária Julietta Moreira Cabral) às reuniões para discutir assuntos administrativos e prisões de jornalistas.

Os relatos de tortura feitos por Maurício Azedo, as sùmulas das sessões, balancetes financeiros etc. O SNI conseguiu até: recolher cópia da proposta de sócio do ex-deputado Chico Pinto.

As relações de Guilherme Figueiredo com seu irmão, João Figueiredo, também foram alvo de espionagem por parte do SNI. Em 1º de setembro de 1975, era produzido informe dizendo que "o escritor Guilherme Figueiredo, da Academia Brasileira de Letras, está rompido com seu irmão, general João Batista Figueiredo, e que os dois têm divergências políticas muito profundas".

Na época, o SNI tinha como chefe o general João Batista Figueiredo.

SARNEY E AS ELEIÇÕES

Nos arquivos do SNI consta levantamento de 11 de março de 1975, orando do Centro de Informações do Exército, a respeito da participação do PCB nas eleições de novembro de 1974. O documento, com o carimbo pessoal-secreto, mostra em 15 páginas como o comitê central do PCB analisara a situação do País, em novembro de 1973, nos campos econômico interno, político e militar. Registrou as atividades clandestinas do partido e os entendimentos mantidos pelo comitê central com o então MDB, com o clero, com políticos insatisfeitos com a Arena, "e até com os setores do próprio povo".

No dia 21 de janeiro de 1976, o grupo do SNI foi dirigido para conversa telefônica entre Francisco Pirto e Lysâneas Maciel.

Dezenas de políticos foram citados no levantamento, entre eles José Sarney (Arena): "No Maranhão, é desconhecido o nome do membro do comitê estadual do PCB" que manteve entendimentos com Sarney. Segundo o documento do SNI, eis alguns dos políticos que mantiveram contato com o comitê central do PCB naquelas eleições: Franco Montoro, Amarel Peixoto, Tancredo Neves, Thales Ramalho, Cantídio Nogueira Sampaio, José Roberto Faria Lima, Pedro Simon, Ulysses Guimarães, Orestes Quêrcia, Paulo Brossard, Moreira Franco, Momar Franco, Saturnino Braga, entre outros.

KUBA

Informe de 24 de fevereiro de 1976, oriundo do Centro de Informações do Exército e protocolado na agência central com o número 00-1272, afirmava que "o KGB (ou o GRU) estava desenvolvendo operações no Brasil, visando desarticular a rede de informante da CIA no País, com particular interesse nos elementos infiltrados em organizações subversivas, principalmente o PCB. Nesse sentido, já existe contato de alto nível do KGB com o PCB (direção nacional)".

"No Maranhão é desconhecido o nome do membro do comitê estadual do PCB que manteve entendimentos com José Sarney"

No documento Reservado está dito que o partido já teria sido informado de que Wenceslau de Oliveira Moraes já vinha colaborando com a CIA, há tempos, "e já teria sido tomada a decisão de eliminá-lo". Wenceslau integrava na época o comitê central do PCB.

No Informe, Elcio Costa Couto era apontado como suspeito pelo KGB de pertencer à CIA.

Há numerosos informes no SNI sobre o atual chanceler Abreu Sodré e o prefeito Jânio Quadros, relatando conversas que tiveram com analistas. Havia também muitos informes sobre Golbery e suas ligações com a Dow Chemical. As viagens de Raul Riff ao encontro de Jango e a viagem do ex-presidente a Paris também constam dos informes reservados.

Em julho de 1978, o SNI registrava o retorno de Ivete Vargas da capital argentina, onde esteve com Jango. Ivete, sua mãe e o filho trouxeram, segundo o Informe, nove malas. "Na alfândega, um seu primo, Francisco Dornelles, com os agentes aduaneiros, facilitou a liberação da bagagem."

O reencontro telefônico entre Jango e Brizola, 12 anos depois de separação, também consta dos arquivos do SNI.

O CASO DO AUDITOR

O SNI classificou de subversiva a atuação do juiz-auditor da 2ª Auditoria de Marinha, Paulo Simões Correa, devido à absolvição de Márcio Moreira Alves, por 4 a 1. Em julho de 1975, depois de receber amplo relatório confidencial da agência central do SNI, o presidente Geisel pediu esclarecimentos — em bilhete de próprio punho — ao general Figueiredo, então chefe do Serviço.

Eis o bilhete de Geisel:

Figueiredo,

Li a documentação — Inf 135 —, mas não fiquei convencido de tudo o que lá se afirma: 1) a decisão de absolvição foi 4 x 1. O que fizeram os juizes militares da Marinha? Pergunto,

o responsável pelo inquérito é o auditor? 2) O pedido do general Rotta ao Juracy é para a nomeação do juiz para juiz federal. Será que o J.

é responsável pela nomeação como auditor? 3) Não está esclarecido como dr. Paulo Correa entrou na J. Militar? O que era em Mato Grosso? Já era auditor ou auditor substituto? Fez concurso etc? Vale a pena esclarecer. 4) Quanto ao recurso denegado pelo auditor, a Procuradoria Geral tem meios para levar o caso ao tribunal pleno (STM), 5) Falta um exame sereno das provas contra Márcio Alves, para verificar se, juridicamente, caberia sua condenação. 13.7.75. a. E. Geisel.

INTERROGATÓRIOS

Torturas físicas à parte, o SNI de Geisel e Médici adotava oficialmente "técnica e processos" nos interrogatórios de acusados de prática de subversão. Além do decreto 808, de 28 de setembro de 1969, que estabelecia o roteiro de perguntas, outras normas foram baixadas em documentos com a chancela de reservados.

"Não se deve dar ao suspeito a mínima oportunidade de descanso", constituía-se numa das orientações ao interrogadores, em apostila de 11 laudas. Os suspeitos eram classificados de "culpa quase certa" e de "culpa incerta". Os primeiros eram divididos em "emotivos" e "frios". Aos "emotivos", os interrogadores deveriam dirigir apelos ao sentimento, à amizade, à simpatia etc. Aos "frios", apelos à razão, à lógica, ao raciocínio etc. Aos suspeitos de "culpa incerta", os interrogadores deveriam considerar culpados, inocentes ou de atitude neutra.

"Não se deve dar ao suspeito a mínima oportunidade de descanso. Quando a pressão se tornar quase intolerável, o interrogador tentará desesperadamente ganhar tempo para fortalecer-se e ordenar seus pensamentos e então ou pedirá um cigarro, ou um copo d'água ou fingirá a necessidade premente de ir ao sanitário, bem como outras evasivas."

Ostentar um ar de convicção na culpabilidade do suspeito, apontar as provas circunstanciais indicativas, chamar a atenção do interrogado para os sintomas fisiológicos de sua culpabilidade eram outros desses ensinamentos. Os sintomas fisiológicos se referiam à pulsação da carótida, a atividade excessiva do "pomo de Adão", a secura da boca etc.

Havia também outra apostila destinada a ensinar como levantar o perfil ideológico do entrevistado. Em quatro laudas, algumas das 78 perguntas incluíam temas como Voltairre, crônica social, felicidade, filme de preferência, a novela Selva de Pedra.

E OS INFORMANTES

Documento reservado de 11 laudas classificava na época três tipos de informantes do SNI: o consciente (disposto a colaborar), o inconsciente (informava sem saber como, para que ou a quem informava) e o sob pressão (informava em regime de exigência, através de interrogatórios).

O uso de gravadores era indispensável. Mesmo que o informante fosse motivado por "patriotismo, senso de responsabilidade, decência ou razões ideológicas". A apostila do SNI esclarecia quanto à possibilidade de o informante já ter sido recolhido a uma instituição psiquiátrica: "Isso, por si só, não invalida o informe, mas significa que terá de sofrer um exame de avaliação mais cuidadoso, que permitirá a utilização ou não do informante".

Não foi encontrada nenhuma apostila sobre a atuação dos órgãos de segurança nos casos daqueles que, por não pactuarem com as esquerdas, eram apontados como informantes, dedos-duros e espíões do SNI. A imprensa é repleta de vítimas desse patrulhamento ideológico. As usinas das intrigas contra os não-engajados com as esquerdas eram a ABE e o Sindicato dos Jornalistas — este manipulado na época por um malfetor, vulgo Caó, desertor da honra, corrupto que hoje se esconde na impunidade do mandato parlamentar.

Não se conseguiu apurar até que nível o SNI de Geisel e Médici se aproveitava dessas intrigas espalhadas pela esquerda delinqüente e malfetista.

(Brasília/Agência Estado)

U

U

U

U

U

U

ÍNDICE DE PESSOAS JURÍDICAS

CENTRO DE INFORMAÇÕES DA AERONÁUTICA. CISA. 02, V05 e V07

CENTRO DE INFORMAÇÕES DO EXÉRCITO. CIE. 02, V05 a V07

JORNAL O ESTADO DE SÃO PAULO. 02, 04, 05, V05, 06, 09, 10 e 11

REVISTA VEJA. 02 a V07 e 08

SERVIÇO NACIONAL DE INFORMAÇÕES. SNI. 02 a V07 e 08 a 11

SISTEMA NACIONAL DE INFORMAÇÕES. SISNI. 02

